

A ATUAÇÃO DA MARINHA NAS OPERAÇÕES RESULTANTES DO MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA, NO ANO DE 1932

LAURO NOGUEIRA FURTADO DE MENDONÇA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

A Coluna de Cunha

O ataque para a conquista da cidade

O segundo ataque

A ocupação de Cunha

Ações no Rio Paraguai

Ações na Amazônia

INTRODUÇÃO

Ao materializar-se, centralizado no Estado de São Paulo, o levante ocorrido no ano de 1932, a 9 de julho, em prol do estabelecimento de uma nova constituição que substituísse aquela que deixara de reger o País, após os movimentos ocorridos em outubro de 1930, a Armada brasileira, até então afastada da agitação política reinante, assumiu posição contrária ao referido levante, dispondo suas forças, de

imediate, com o objetivo de coactá-lo, mobilizando, de pronto, seus recursos, em apoio daquele governo que, à época, mantinha-se de fato no poder há 16 meses, embora sob a promessa procrastinada de proceder à convocação de nova constituinte.

Nesta conjuntura, a atuação da Marinha haveria de primar pela rapidez. Imediatamente, foi iniciado o abastecimento de suas belonaves, com o combustível necessário a seu deslocamento e com o reabastecimento de sua munição, deslocando-se os

dois cruzadores “prontos” e preparando-se para atuar os sete contratorpedeiros disponíveis, além das numerosas unidades de menor porte, sediadas na Baía de Guanabara, como eram os rebocadores, transportes, navios-mineiros, *tenders* de contratorpedeiros e de submarinos, barcas-d’água e de óleo, enfim, toda a parafernália naval existente, à qual agregar-se-iam, mais tarde, o Encouraçado *São Paulo* e, até mesmo, o então moderno Submarino *Humaitá*.

Ocupavam, respectivamente, o Ministério da Marinha e o Comando em Chefe-da-Esquadra os Almirantes Protógenes Pereira Guimarães e Hugo de Roure Mariz.

No Rio Paraguai, aprestaram-se, de pronto, o Monitor *Pernambuco* e o Aviso *Oyapok*, além do *Voluntário*, sobrevivente este da Guerra do Paraguai.

Para o Rio Amazonas seguiria o Encouraçado *Floriano*, a reforçar a Flotilha lá sediada.

Não havendo opositores nessa fase inicial, a tarefa que enfrentaria a Armada brasileira seria a interrupção de qualquer comunicação marítima entre os portos paulistas e o exterior, a fim de impedir a exportação, geradora de divisas, e a importação de equipamentos militares, ou seja, fazia-se mister o estabelecimento do bloqueio desses portos.

No Rio Paraguai, à vista do alinhamento, ao lado de São Paulo, de parte considerável do Estado de Mato Grosso, missão idêntica caberia à Flotilha sediada na Base Naval de Ladário, que, satisfatoriamente, foi sempre desempenhada pelas unidades ali existentes.

No Rio Amazonas, posteriormente, tomariam armas ao lado dos constitucionalistas a guarnição do Forte de Óbidos, criando nova área de operações, à vista de lá não ter ainda chegado o Encouraçado *Floriano* em condições de debelá-la, no nascedouro.

A fim de verificar a posição do **Porto de Santos**, para este local seguiu o Contratorpedeiro *Mato Grosso* (nº 10), que se dirigiu à entrada da barra, sendo recebido pela artilharia do Forte de Itaipu, que o obrigou a retirar-se, indo, com os demais navios que se haviam deslocado da Guanabara, abrigar-se no Canal de São Sebastião, onde também se estabeleceram, de imediato, três aerobotes *Savoia* e dois bombardeiros *PM*, pertencentes à Aviação Naval.

Além da base de apoio estabelecida ao abrigo da Ilha de São Sebastião, outra base foi implementada na **Baía da Ilha Grande**, sendo nomeado o Capitão-Tenente Aldo de Brito para o exercício do governo militar da cidade de Parati.

Posteriormente, à vista da possibilidade de adesão do **Porto de Paranaguá** ao movimento então eclodido, assumiu-lhe por algum tempo função idêntica o Comandante Soledade.

Sobre o bloqueio, há que ressaltar ter sido eficientemente mantido, constando que apenas dois navios ter-se-iam preparado para rompê-lo, a saber, o Navio Mercante *Jaboatão* e o antigo Cruzador Aduaneiro canadense *Margareth*, rebatizado *Ruth*.

O primeiro, com uma carga de 50 canhões antiaéreos, viria a cair em mãos do governo do Rio de Janeiro; o segundo, que, conforme era anunciado, transportaria alguns milhares de fuzis, além de 5 milhões de espoletas e 184 mil cartuchos, por ocasião do término das hostilidades, encontrava-se ainda em Port of Spain (Trinidad).

De lá foi conduzido ao Porto de Belém e foi incorporado à Flotilha do Amazonas, rebatizado de *Rio Branco*.

Na sua larga vida na Marinha, foi transformado, sucessivamente, em navio hidrográfico, corveta e novamente navio hidrográfico, desempenhando importantíssimo papel no levantamento do litoral bra-

sileiro e do Rio Amazonas, além de excelente e efetiva função nas operações contra os submersíveis alemães e italianos que infestaram nosso litoral durante a Segunda Guerra Mundial.

Cabe ainda assinalar que, a 24 de setembro de 1932, estando fundeado ao abrigo da Ilha da Moela, o Cruzador *Rio Grande do Sul* sofreu o **ataque de três aeronaves Curtiss-Falcon**, importadas por via aérea, comandadas pelo então Major Ivo Borges.

Um dos três aparelhos picou sobre o cruzador, lançando-lhe duas bombas, as quais, explodindo ao tocar a água, lançaram estilhaços que feriram um sargento e um marinheiro.

O cruzador, tendo guarnecidas as modernas metralhadoras de que dispunha e que tomara por empréstimo ao recém-chegado da Itália, em 1930, Submarino *Hunaitá*, revidou o atacante e, aparentemente atingido pela reação do cruzador, precipitou-se na água, falecendo o Tenente-Piloto João Ângelo Gomes Ribeiro e o observador Mário Bittencourt.

A Marinha cooperou ainda com o **envio de uma coluna** que, partindo de Parati, já a 12 de julho, sob o comando do Capitão-Tenente Augusto do Amaral Peixoto, com o efetivo inicial de 400 marinheiros e fuzileiros navais, dirigiu-se à cidade paulista de Cunha, a qual foi atingida pela vanguarda de Marinha, já no dia 14.

Sobre esta coluna falaremos com mais detalhes a seguir, pois cabe assinalar, antes de o fazer, que a **Aviação Naval**, em sucessivos ataques às instalações do Forte de Itaipu e à usina Billings, cooperou nas diversas frentes de combate, com seus aviões *Moth* e de outros tipos, não só no reforço ao bloqueio do litoral de São Paulo, como agindo, tanto na frente de Bury quanto na área do Vale do Paraíba, alcançando suas aeronaves até mesmo a Base de Ladário.

Além dessa referência, cabe registrar que, como já ocorrera em 1924, certo número de **canhões navais** foi montado em *truks* de estrada-de-ferro, para atuar nos combates que então tiveram lugar, no avanço das tropas sob o comando do General Góes Monteiro, na frente do Paraíba.

A COLUNA DE CUNHA

Passemos, porém, à Coluna de Cunha. **12 de julho de 1932, inverno.**

O dia amanhecera frio na bucólica cidade de Cunha, alcandorada na beleza de suas montanhas. A quietude que lhe era própria esvaíra-se, assustada com as surpreendentes notícias recebidas de São Paulo e transmitidas rapidamente de boca em boca.

Por fim, haviam os paulistas levantando a bandeira da reconstitucionalização do País, decididos a varrer da cadeira presidencial aquele que dela se apossara em outubro de 1930, governando, desde então, discricionariamente.

A vitória seria questão de dias, pois ajuda não lhes haveria de faltar com o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, afirmado por tantos patriotas comprometidos com tão justa causa.

A ânsia por notícias seguras não nos é difícil imaginar. Estas, porém, não seriam de molde a satisfazer as urgentes necessidades de informação, quer do povo, quer das autoridades em exercício.

De fato, Cunha ocupava ponto estratégico, mal suspeitada sua importância pela simplicidade da população local, já que sua posse era essencial à proteção do Vale do Paraíba.

E esta importância começou a avultar ao ser constatado que São Paulo quedara-se isolado.

Concomitantemente, a visão inicial de marchar incontinenti em direção à capital federal deixou de ter execução. Isso permitiu às

forças que apoiavam a situação consolidar as linhas de defesa, insulando os paulistas no interior das fronteiras do Estado.

Perdido o ímpeto inicial, crescia a importância de Cunha, porque sua queda em mãos das tropas do Governo Federal seria ameaça decisiva a Guaratinguetá, cuja ocupação redundaria no envolvimento de todas as tropas constitucionalistas defensoras das fronteiras do Estado.

No dia 13, o delegado de Cunha seguiu da cidade em direção ao bairro rural do Taboão para informar-se. No dia 14 ainda não havia regressado porque seu automóvel fora aprisionado por uma patrulha da 1ª Companhia do Batalhão de Marinha, aquela que, sob o comando do Capitão-Tenente Augusto do Amaral Peixoto, partira de Parati utilizando a estrada de rodagem recém-construída com a finalidade de ligar as duas cidades.

A patrulha da Marinha, sem maior perda de tempo, avançou sobre a cidade e, nela penetrando, aprisionou de pronto o prefeito e o juiz e libertou os presos da Delegacia, além de cortar os cabos da linha telefônica.

Ao comando constitucionalista não escapara, também, a importância de Cunha. O Tenente-Coronel Mário Veiga Abreu, responsável pelo setor, encaminhara para este local, já no dia 13, uma companhia do 4º Batalhão de Caçadores, acompanhada de uma seção de metralhadoras, à qual fez-se agregar um grupamento de 15 voluntários. Chegados a Cunha, lá defrontaram-se com a patrulha de fuzileiros navais, engajando-se rápido entrevero, após o qual a patrulha retirou-se, deixando prisioneiros dois dos seus homens.

No dia 14 chegavam novos reforços para ambas as forças. Para a facção paulista, chegou uma companhia do 1º Batalhão de Cavalaria, também acompanhada de uma seção de metralhadoras. Novos contingentes se agregavam ao que avançara de Parati, completando a íngreme subida.

No dia 15 chegavam as tropas navais a dois quilômetros da cidade, onde travou-se, então, novo combate, no qual dois marinheiros resultaram feridos e oito prisioneiros. As forças paulistas, pressionadas, recolheram seus postos avançados e construíram trincheiras.

Estabilizava-se a frente.

A 16 chegava à cidade mais uma companhia do 1º Batalhão de Cavalaria paulista, assumindo o comando local o Major da Força Pública Virgílio Ribeiro dos Santos.

Do lado oposto organizava-se uma companhia de metralhadoras pesadas, além de um piquete de cavalaria, o qual, a 17, conseguiu aprisionar duas patrulhas paulistas com oito homens, dentre os quais o comandante, que sofrera grave ferimento no braço.

A 19, novos reforços para ambos os lados, sendo incorporada à luta, vinda de Parati, uma companhia da Força Policial do Rio de Janeiro (Distrito Federal).

Iniciava-se, ainda, a intervenção da Força Aérea dita governista, com um vôo de esclarecimento.

O ataque para a conquista da cidade

A 20, finalmente, deu-se o ataque para a conquista da cidade. A investida culminou com um choque a baioneta, terminando com mortos e feridos de ambos os lados.

Cunha resistiu, repelindo o ataque pela ação de suas metralhadoras.

Os atacantes recuam e fixam-se no morro do bairro rural do Divino Mestre.

Aferram-se ambos os contendores ao terreno e reforçam seus efetivos. Amaral Peixoto passa o comando a João Alberto Lins de Barros, capitão (comissionado coronel), recebendo este destacamento reforços das polícias militares dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, além de voluntários do Distrito Federal.

A facção constitucionalista é reforçada por três companhias da Legião Negra, um batalhão da Liga de Defesa Paulista, um de sapadores, um canhão de 75mm e pelo Batalhão Arquidiocesano.

João Alberto demora-se pouco no comando, passando-o, logo em seguida, ao Capitão Nelson de Mello. Permanecera dois dias no comando.

Tinha início o calvário da cidade, exposta agora ao duplo bombardeio de amaciamento pela aviação e pela artilharia adversa, que, alternativamente, empenham-se contra os defensores. Os canhões do Divino Mestre tomam como alvo a torre da Igreja Matriz e seus projéteis espalham-se sobre o casario em torno, respondidos seus tiros pelo seu oponente de 75mm; a partir de **10 de agosto**, o duelo intensificou-se, atingindo seu clímax a 15.

O segundo ataque

Forças da Marinha investiram, neste dia, pelo centro e pela esquerda, avançando pelo Morro Grande e pela usina de força contra a direita paulista, enquanto as forças policiais e voluntários, com um efetivo de 1.200 homens, atacavam pelo bairro rural do Monjolo, em duplo movimento envolvente.

A luta desenvolveu-se feroz: 115 granadas no dia 15, outras 60 na manhã de 16. Debalde, porém. Os 900 defensores de Cunha mantêm-se firmes em suas posições, resistindo ao furioso embate dos atacantes, embora as forças da Marinha tivessem ocupado a usina atacada.

A 20 ocorre a surpresa.

O Tenente-Coronel Mário Abreu, cuidadosamente, havia deslocado suas tropas, em vasto movimento envolvente, pe-

los dois flancos. De Campos Novos, 250 homens sob o comando do Tenente Meirelles, do 4º Batalhão de Caçadores, equipados com quatro metralhadoras Hotchkiss, surpreendem, próximo ao Monjolo, a Força Policial do Espírito Santo, a qual debanda, deixando no terreno mais de 60 mortos e considerável quantidade de armamento.

As forças da Marinha, feito o vácuo à sua direita, não conseguem, por sua vez, avançar e vêem-se agora ameaçadas, à sua esquerda, pelas forças do Tenente Lacorte, que avançavam de Lagoinha. Eram 250 homens do 4º Batalhão de Caçadores e, à retaguarda, outros 110 do mesmo Batalhão vindos de Ubatuba, comandados pelos Tenentes Assis Brasil e Zerbini, coadjuvadas, as forças do Exército, pelos 4º, 5º e 8º Batalhões de Cavalaria Paulista, e da Força Pública, sob o comando do Major Adonias Monteiro.

Ameaçada de cerco, a força da Marinha recuou, abandonando o espigão do Divino Mestre e indo fixar-se

no Taboão, no dia 25.

No dia 26 de agosto, Nelson de Mello repassou o comando a Amaral Peixoto.

Terminara o combate. Cunha resistira. Afastara-se a ameaça de envolvimento da frente paulista no Vale do Paraíba.

As tropas paulistas deixaram, porém, de explorar o sucesso obtido, estabilizando-se a frente, com a ocupação por estes do bairro de Aparição.

A 3 de setembro, um pelotão paulista, em ação exploratória, infiltra-se em direção ao Taboão.

Tratava-se de tropa do 4º Batalhão de Caçadores, comandado pelo Tenente Assis Brasil.

As tropas paulistas deixaram, porém, de explorar o sucesso obtido, estabilizando-se a frente, com a ocupação por estes do bairro de Aparição

Percebida a patrulha, um destacamento da Marinha, chefiado pessoalmente pelo Capitão-Tenente Amaral Peixoto, logrou envolvê-lo e capturá-lo, com o próprio comandante.

Após este evento, determinação superior investiu no comando das forças da Marinha e das polícias, o Major Mário Valle.

Enquanto isso se passava, a **12 de setembro** assumia o comando das forças paulistas em Cunha o Capitão O'Really, do 4º Batalhão de Caçadores, enquanto o 1º Batalhão da Cavalaria paulista (Força Pública) retirava-se para a retaguarda.

A **13 de setembro**, enquanto isso, a vanguarda de Góes Monteiro ocupava a cidade de Cruzeiro e uma coluna do Exército, sob o comando de Newton Cavalcanti, investia sobre Cunha, passando por Campos Novos.

Ameaçadas de envolvimento, as forças paulistas recuaram em direção a Guaratinguetá, fixando, sucessivamente, no bairro da Rocinha e na Serra do Quebra-Cangalha, sob forte tiroteio da avançada dita "Legalista", sua nova posição de resistência.

De fato, a **19 de setembro**, duas companhias da Marinha seguiram no seu encalço, acompanhadas de uma companhia da Força Pública do Espírito Santo e uma seção de metralhadoras.

A ocupação de Cunha

Tendo ocupado Cunha no **dia 20**, onde a 21 estabelecia seu quartel-general, Newton Cavalcanti iniciou a avançada em direção a Guaratinguetá.

Cunha permanecia guarnecida por um destacamento misto, composto pela Força

Pública do Estado do Rio de Janeiro e de voluntários.

Durante a retirada foi oferecida alguma resistência na ponte sobre o Rio Paraitinga, além de terem as forças paulistas minado a entrada que conduzia à Serra do Quebra-Cangalha.

A **25 de setembro**, a artilharia paulista ainda disparou 30 projetis sobre as forças que as pressionavam, enquanto as cidades de Guaratinguetá e Aparecida, à sua retaguarda, sofriam o ataque da aviação dita "governista".

A **29 de setembro**, entretanto, o destacamento da Marinha foi desviado na direção da cidade da Lagoinha, com ordens de avançar em direção a Pindamonhanga, na retaguarda da frente paulista, enquanto, a **2 de outubro**, o restante do 4º Batalhão de Caçadores rendia-se a Newton Cavalcanti.

Cunha havia resistido vitoriosamente enquanto necessário, só cessando sua ação ao tornar-se ela inútil pela queda das demais frentes de combate, resultantes da impossibilidade de continuar o combate, para as forças paulistas, contra o rigoroso bloqueio naval e o assalto que sofria em toda a extensão de suas fronteiras.

Sua resistência, porém, serviria de base às forças políticas que lutavam pela reconstitucionalização do País, que logo viria, pressionada que fora pela longa resistência paulista, e, sob este ponto de vista, Cunha não lutou em vão.

AÇÕES NO RIO PARAGUAI

Coube ainda à Marinha a vigilância ao longo do Rio Paraguai, exercida pela Flotilha de Mato Grosso, a qual foi mantida com sucesso

Percebida a patrulha, um destacamento da Marinha, chefiado pessoalmente pelo Capitão-Tenente Amaral Peixoto logrou envolver um pelotão do 4º Batalhão de Caçadores e capturá-lo, com o próprio comandante

até o final da campanha, não sem a ocorrência de numerosos recontros com as forças alinhadas no Movimento Constitucionalista, bem como a de diversos ataques aéreos sofridos não só pelos navios da Flotilha como pelo próprio Arsenal de Ladário.

As principais operações das belonaves ocorreram por ocasião das disputas pela posse de Porto Esperança, reconquistada pelo 17º Batalhão de Caçadores, graças ao apoio de fogo do Monitor *Pernambuco* e do Aviso *Oiapoque*, prolongando-se os combates **desde 27 até 31 de julho**, e, mais ao sul, pela de Porto Murtinho, também reconquistada com o apoio naval por uma coluna de Forças rio-grandenses, após ásperos combates no dia **27 de setembro**, combates que teriam resultado no sacrifício de numerosas vítimas.

Da intensidade dos combates dá-nos conta o Comandante Renato de Almeida Guillobel, futuro almirante e ministro da Marinha, que relata ter o navio que comandava, o *Oiapoque*, entrado em combate durante a campanha em 21 ocasiões diferentes, além de ter sofrido diversos ataques aéreos.

*
* *

Cabe ainda assinalar que, em julho de 1932, ocorreu o **primeiro encontro aéreo no Brasil**, quando, sobre Santos, a aeronave pilotada pelo Tenente Brasil repeliu a tiros de metralhadora a aproximação de uma aeronave adversária em pleno céu da Baixada Santista, primária esta da Aviação Naval, a qual já havia realizado o primeiro ataque aéreo feito por bombardeiros no Brasil quando do ataque ao Forte de Copacabana, por ocasião do levante de 5 de julho de 1922.

*
* *

As unidades da Flotilha viram-se na condição de alvos da aviação adversária por diversas vezes, sendo forçadas a utili-

zar meios de fortuna para enfrentar as aeronaves atacantes, por não disporem de equipamento antiaéreo.

Cabe notar que, em uma das ações contra o Monitor *Pernambuco*, tomou parte o Tenente João Ângelo Gomes Ribeiro, que viria a falecer quando atacava o Cruzador *Rio Grande do Sul*, ao largo do Porto de Santos.

Releva ainda assinalar que, a **27 de setembro**, o ataque à Base de Ladário foi executado por três aeronaves, que lançaram quatro bombas.

Ainda em **3 de outubro**, a invasão paulista lançava seu canto de cisne, lançando suas últimas bombas sobre o *Voluntário*, metralhando este pequeno vaso, o qual, entretanto, escapou ileso, sobrevivendo mais uma vez como já o fizera na Guerra de Lopez.

Encerrava-se assim a campanha no Rio Paraguaí.

ACÇÕES NA AMAZÔNIA

Resta-nos deslocar nossa atenção para as plagas amazônicas, onde houve por bem levantar-se a guarnição do Forte de Óbidos, que se apoderou das gaiolas *Jaguaribe* e *Andirá*, surpreendidas nas águas próximas, artilhando-as com cinco canhões Krupp de campanha do calibre de 75mm.

Sabedor da evolução de tais acontecimentos, o capitão dos portos de Manaus, Capitão-de-Fragata Alberto de Lemos Basto, requisitou os navios mercantes *Ingá* e *Baependi* e três gaiolas – *Rio Janari*, *Rio Aripuanã* e *Rio Curuça*.

As duas gaiolas suspenderam de Óbidos e subiram o rio com rumo a Manaus, enquanto a flotilha, organizada por Lemos Basto, descia rio abaixo, encontrando-se as duas forças diante da cidade de Itaquatiara.

Enquanto os canhões rebeldes atiravam sobre a flotilha vinda de Manaus, os navios requisitados por Lemos Basto atiravam-se sobre as gaiolas adversárias, de menor porte, abalroando-as e afundando-as com a perda de 50 dentre os revoltosos a 24 de agosto.

Decidido o combate e tendo fracassado o levante dos estudantes ocorrido em

Belém, para cujo controle cooperaram as forças da Marinha aí sediadas, e cessada embora sucintamente, a atuação das forças navais nos diversos setores em que foram utilizadas, restava a pacificação do País e, embora adiada temporariamente, a convocação de uma nova constituinte, cuja obra seria o texto de nova Lei Magna, afinal promulgada no ano de 1934.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Revolução Constitucionalista /; Revolução Paulista;

BIBLIOGRAFIA

1. *História naval brasileira*, 5 vol. – Tomo II, – *A marinha brasileira no período entre as guerras*, Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins.
2. *O contratorpedeiro baleado*, Comandante Gerson de Macedo Soares.
3. *Memórias*, Almirante Renato de Almeida Guillabel.
4. *O batalhão de marinha nas operações de guerra em Cunha*, 1932, Capitão-Tenente (FN) Marcelo da Cunha e Souza. – Revista *O Anfíbio* nº 14 – 1954.
5. *O bombardeio aéreo*, Capitão-de-Mar-e-Guerra Lauro N. F. de Mendonça – Revista *Mar*, Boletim do Clube Naval – jan/fev de 1971.
6. *O combate da Moela*, Capitão-de-Mar-e-Guerra Lauro N. F. de Mendonça – *Jornal A Tribuna*, Santos - SP – 18 de junho de 1979.
7. *À guisa de Barroso*, Capitão-de-Mar-e-Guerra Lauro N. F. de Mendonça – Revista *Mar*, Boletim do Clube Naval – jan/mar de 1970.
8. *Cunha não lutou em vão na Revolução*, Capitão-de-Mar-e-Guerra Lauro N. F. de Mendonça – *Jornal Hoje*, Cunha - SP – jun/jul de 1997.
9. *Dicionário das batalhas brasileiras*, – Hernani Donato.
10. *A Revolução Constitucionalista*, Coronel Herculano C. da Silva.
11. *Palmo a palmo*, Capitão Alves Bastos.
12. *A revolução passo a passo*, Cláudio Faviere – *Jornal Hoje* – Cunha – SP – jul/ago de 1998.
13. *Meu depoimento histórico*, – Guerra Civil e Direito da Força Cunha – Estado de S. Paulo – Alfredo Sertã ex-prefeito de Parati – RJ – 1932 – Edição de 1955.
14. *O ovo de Colombo*, Almirante Arthur Thompson.